

riado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



## DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021 DISPENSA Nº. 047/2024 PROCESSO Nº. 091/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMORAMA, CNPJ nº 45.162.054/0001-91, localizada na Rua Joaquim da Costa Maciel nº 1261 - Centro TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possa interessar, em conformidade com Art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, que pretende realizar a "Contratação de empresa especializada na execução de Estudo Gravimétrico dos Resíduos Sólidos Domiciliares – RSD, para licenciamento da área do aterro em valas do município e criação e planejamento das rotas de coleta de resíduos sólidos domiciliares por meio de um sistema de informações geográficas", conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários a seguir.

DATA E HORÁRIO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: 12/12/2024, até às 2716h00min presencialmente no Departamento de Licitação.

#### 1-DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto desta dispensa a "Contratação de empresa especializada na execução de Estudo Gravimétrico dos Resíduos Sólidos Domiciliares RSD, para licenciamento da área do aterro em valas do município e criação e planejamento das rotas de coleta de resíduos sólidos domiciliares por meio de um sistema de informações geográficas".
- 1.2 Compõem o presente Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:
- 1.2.1 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.2.2 ANEXO II MODELO DE PROPOSTA;

### 2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Cosmorama/SP, para exercício de 2024.

### 3 – PERÍODO PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

- 3.1. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 12/12/2024, até às 16h00min presencialmente no Departamento de Licitação.
- 3.2. A empresa interessada, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário limite estabelecidos.



Triado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



- 3.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
- 3.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

### 4 – PERÍODO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados após solicitado pelo Setor de Licitações e Contratos, que comunicará a empresa vencedora, ou seja, de melhor proposta para apresentar, para apresentação dos documentos abaixo descritos, que poderão ser entregues via email ou protocolado no setor de licitação, 03 (três) dias após a comunicação:

### A. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I Contrato Social, Requerimento de empresário individual, Estatuto Social, ou outro documento apto a comprovar a existência jurídica da proponente;
- II Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- III Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

#### B. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- I Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (Mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município de Cosmorama;
- II Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- **III** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- IV Prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for caso;
- V Certidão Negativa de Débitos junto à União, Estado e Município do local em que a empresa esteja sediada.

### C. DECLARAÇÕES COM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES:

- I a inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- III o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;



Triado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



IV - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

V - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

### D. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Comprovante de que a empresa possui qualificação técnica em atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, o que poderá ser comprovado através da apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por órgão de administração pública ou privada.

#### **5 – DO PAGAMENTO:**

- 5.1. O pagamento será realizado de acordo com as medições dos serviços executados, conforme aprovação pelo Departamento de Engenharia, após a apresentação do documento fiscal no Departamento de Obras e Planejamento, e Setor Financeiro/Tesouraria, após 30 (trinta) dias da liquidação da nota fiscal eletrônica.
- 5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.
- 5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

### 6 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar a presente intenção de contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.



## Município de Cosmorama Criado pela Lei Estadual Nº 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91

"Paço Municipal ChristovamMelhado"



6.2. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Cosmorama/SP, 09 de dezembro de 2.024.

LUIS FERNANDO GONÇALVES

Prefeito Municipal



Criado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DISPENSA Nº. 047/2024 PROCESSO Nº. 091/2024

#### 1 - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na execução de estudo gravimétrico dos Resíduos Sólidos Domiciliares – RSD, para licenciamento da área do aterro em valas do município e criação e planejamento das rotas de coleta de resíduos sólidos domiciliares por meio de um sistema de informações geográficas para transporte e cumprimento das legislações pertinentes ao objeto do contrato.

#### 1.1.1. Estimativa de 3 (três) meses.

DESCRIÇÃO	UNID.
Contratação de empresa especializada na execução de estudo	Serviço
gravimétrica dos RSD e roteirização por meio do (Sistemas de	
Informações Geográficas – SIG).	

1.2. O prazo de vigência da contratação são de 03 (três) meses, contados a partir da assinatura do Contrato.

### 2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A caracterização por gravimetria consiste na determinação das frações percentuais de diferentes tipos de resíduos sólidos por meio de amostragens das coletas realizadas no município. De acordo com definição da NBR 10.007/2004, a caracterização gravimétrica é a "determinação dos constituintes e de suas respectivas percentagens em peso e volume, em uma amostra de resíduos sólidos, podendo ser físico, químico e biológico", desta forma sendo imprescindível para elaboração de plano de trabalho e plano de voltado a redução do volume dos resíduos destinados ao aterro, conforme disposto na Lei Federal 12.305/2.010 artigo 9°, e na Lei Estadual 12.300/2.006 artigos 19 e 21.
- 2.2. A roteirização se faz necessária para ter uma programação operacional que atenda pontos e localidades geograficamente dispersos, beneficiando a população de maneira igual, e ao mesmo tempo, gastando o mínimo de recursos financeiros possível. Os veículos de coleta de lixo alteram as condições de circulação, criam conflitos no tráfego, reduz o nível de serviço das vias e compromete a segurança viária.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



Criado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



3.1. A solução encontrada para atender a demanda apresentada consiste na contratação de empresa especializada para a realização de estudo gravimétrico dos resíduos sólidos domiciliares - RSD, gerados no município, e a roteirização dos veículos de coleta de resíduos domiciliares sera feita com a criação de uma matriz de roteamento (Sistemas de Informações Geográficas – SIG), que contém a distância e o tempo de viagem entre cada parada e depósito e deverão observar as disposições contidas nos normativos que versem sobre o objeto.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Classifica-se como Bens comuns, não continuados, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

### 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A entrega dos relatórios do estudo gravimétrico dos Resíduos Sólidos Domiciliares RSD, e a roteirização terá o prazo de entrega de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa *(única)*.
- 5.2. A aceitação sera realizada por meio do Departamento Ambiental.

### 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1. Receber a prestação dos serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por



Criado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.1.2. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



riado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



### 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Será designado como representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, o Sr. Donizeti Ap. Russafa, portador do CPF 112.345.828-64, ocupante do cargo de Diretor Departamento Ambiental.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado em duas partes no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados apresentação de Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto ou entrega dos itens do contrato.
- 11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

#### 12 - DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



riado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



- 12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice oficial exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
- 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
- I dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III dar causa à inexecução total do contrato;
- IV deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



Criado pela Lei Estadual № 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91 "Paço Municipal ChristovamMelhado"



- VIII apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I advertência;
- II multa;
- III impedimento de licitar e contratar;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 14.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais).

Cosmorama/SP, 09 de dezembro de 2.024.

LUIS FERNANDO GONÇALVES

Prefeito Municipal



# Município de Cosmorama Criado pela Lei Estadual Nº 233 de 24/12/48 CNPJ nº 45.162.054/0001-91

"Paço Municipal ChristovamMelhado"



### ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA **DISPENSA Nº. 047/2024**

PROCESSO Nº. 091/2024

RAZÃO	SOCIAL:			
CNPJ:				
ENDER	EÇO:			
TELEFO	ONE / FAX:			
EMAIL:				
Objeto:	"Contratação de empresa especializada na execução de	Estudo Grav	vimétrico do	s Resíduos
Sólidos	Domiciliares – RSD, para licenciamento da área do aterr	o em valas do	o município	e criação e
planejar	mento das rotas de coleta de resíduos sólidos domicil	liares por mo	eio de um s	sistema de
informa	ções geográficas".			
ITEM	ОВЈЕТО	UNIDADE	QUANT.	VALOR
1	Contratação de empresa especializada na execução de	Unidade	1	
	Estudo Gravimétrico dos Resíduos Sólidos			
	Domiciliares - RSD, para licenciamento da área do			
	aterro em valas do município e criação e planejamento			
	das rotas de coleta de resíduos sólidos domiciliares por			
	meio de um sistema de informações geográficas.			
	tal global: R\$()			
	DE VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior a 60 dia			
CONDIC	ÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) dias contados da entregi	a dos itens.		
Despesa	s inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e ou	itros, correrão	totalmente p	or conta da
Empresa	contratada;			
Local, _	de de 2024.			
Assinatu	ra do Responsável CPF:			
Obs: Ide	ntificação, assinatura do representante legal e carimbo do CN	PJ, se houver.		